



MUNICÍPIO DE AROUCA
CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL

N.º 31/2018

(Art.º 56.º da Lei número 75/2013, de 12 de Setembro)

----- **MARGARIDA MARIA DE SOUSA CORREIA BELÉM**, Presidente da Câmara Municipal de Arouca: -----

----- Torna públicas, durante cinco dias, nos termos do art.º 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, as deliberações tomadas por esta Câmara Municipal, na sua reunião ordinária realizada no dia 27 de março de 2017 e que abaixo se transcrevem: -----

----- **I — PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

----- A Vereadora senhora Sandra Melo pediu a palavra para perguntar se a Câmara está a pensar em alguma solução de forma a apoiar as pessoas que, tendo terrenos florestais para limpar não têm condições económicas para o fazer, tendo a senhora Presidente respondido que as situações dessa natureza que possam existir devem ser dadas a conhecer ao Gabinete Florestal para que sejam cuidadosamente analisadas e ponderada a forma de, a título muito excecional, as poder apoiar. -----

----- O Vereador senhor Vítor Carvalho apresentou, por si e pelo Vereador senhor Fernando Mendes, o seguinte: ---

----- **“1. Ambiente/ Saneamento:** -----

----- Gostaríamos de saber qual o ponto de situação relativamente à taxa de cobertura dos serviços de saneamento no município de Arouca; -----

----- Que diligências têm sido tomadas pela Autarquia junto da entidade responsável, no sentido de responder às zonas que ainda não estão cobertas; -----

----- Que plano de ação/datas/compromissos: para quando está previsto? Deverá ser feito um relatório do ponto de situação, bem como os Arouquenses deverão ser informados de forma clara e transparente sobre o assunto que é de todo prioritário e premente; trata-se de responder a necessidades básicas da população. -----

----- Investimos milhões em turismo/infraestruturas turísticas e continuamos a assistir, sendo cada vez mais frequente e em mais locais (por todo o concelho), a autênticos depósitos de lixo, nomeadamente inertes de construção, plásticos vidros, entre outros; não é compreensível que a própria autarquia continue a assistir e por vezes sendo mesmo parte ativa e agir de forma pouco pedagógica, “varrendo o lixo para debaixo do tapete”. -----

----- Esta situação já foi várias vezes identificada, em locais como a Serra da Freita, nascente do rio Caima, rio das Rocas (Adaúfe), Viso/Fuste, em que depois de depositado lixo (foi coberto com terra ou pela junta ou pela autarquia); -----

----- É urgente que a autarquia encete os esforços necessários e estude forma séria a possibilidade de criar um espaço que permita rececionar, separar, triar e valorizar os inertes; ou criar as condições para que entidades privadas o possam fazer. -----

----- **"2. Infraestruturas/ Segurança**-----

----- A Autarquia deverá tomar diligências no sentido de proceder rapidamente à colocação de rails de proteção nas estradas que com os incêndios e o abate de árvores/limpeza das bermas das estradas, tornam-se por vezes autênticos precipícios; falamos entre outros, da ligação ZI das Lameiradas a Mansores, Fundo Vila a Ponte-Telhe, entre outras.-----

----- Refira-se que este assunto não deverá ser esquecido, já foi oportunamente por nós identificado e até ao momento não se verificaram quaisquer desenvolvimentos, quer por parte da autarquia nas estradas que estão sob a sua alçada, quer das demais instituições responsáveis."-----

----- **3.** O mesmo senhor Vereador Vítor Carvalho referiu ainda que teve conhecimento que os condutores que estacionam de forma irregular nas zonas de estacionamento de duração limitada continuam a ser sancionados simultaneamente pela Guarda Nacional Republicana e pelo fiscal da empresa contratada pela Câmara. -----

----- Em sequência a senhora Presidente referiu que: -----

----- **1.** Recentemente reuniu com a empresa Águas do Norte para definir o plano de ação tendente à ampliação da rede de saneamento de modo a aumentar a taxa de cobertura do concelho para lá dos 50% atuais. Está a tentar-se encontrar uma solução que permita reduzir o valor que é cobrado pelo vazamento de fossas, de modo a não penalizar duplamente aqueles que não são servidos pela rede.-----

----- A deposição de resíduos por diversos locais do concelho é, de facto, um problema ambiental e, essencialmente cultural. A Câmara tem procurado identificar potenciais interessados em instalar no concelho um centro de recolha e triagem desses resíduos. -----

----- **2.** Já informou, por mais de uma vez, a empresa Infraestruturas de Portugal da premente necessidade de colocação de rails nas estradas sob sua jurisdição.-----

----- **3.** Vai encarregar os serviços de avaliar a situação, sendo sua convicção que não existe duplicação de sanções aos prevaricadores.-----

----- O Vereador senhor Fernando Mendes perguntou ainda se a obra de requalificação das margens do Rio Gondim inclui também trabalhos na Avenida Vasco da Gama, tendo a senhora Presidente respondido que a empreitada não prevê a realização de quaisquer trabalhos naquela avenida.-----

----- **II — PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**-----

----- **01. ATA:**-----

----- Foi presente à consideração da Câmara a ata número 5/2018, relativa à reunião ordinária de 6 de Março corrente.-----



----- Achada conforme, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquela ata.-----

----- **02. JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:**-----

----- Nada a registar.-----

----- **03. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA:**-----

----- Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria número 54, do dia 19 último, que apresenta um saldo em disponibilidades no valor global de €5.106.504,20 (cinco milhões cento e seis mil quinhentos e quatro euros e vinte cêntimos), correspondente a operações orçamentais e não orçamentais, nos valores de, respetivamente, €4.694.961,71 (quatro milhões seiscentos e noventa e quatro mil novecentos e sessenta e um euros e setenta e um cêntimos) e €411.542,49 (quatrocentos e onze mil quinhentos e quarenta e dois euros e quarenta e nove cêntimos).-----

----- A Câmara tomou conhecimento.-----

----- **04. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/GRANDES OPÇÕES DO PLANO – 6.ª ALTERAÇÃO:**-----

----- Foi presente à consideração da Câmara a 6.ª alteração às Grandes Opções do Plano para o ano em curso, instruída com o mapa discriminativo dos projetos/ações a alterar, da qual resulta um reforço da dotação global definida no valor de €114.100,00 (cento e catorze mil e cem euros), documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, com as abstenções dos Vereadores senhores Fernando Mendes, Vítor Carvalho e Sandra Melo, aprovar aquela alteração.-----

----- **05. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/ORÇAMENTO – 6.ª ALTERAÇÃO:**-----

----- Foi presente a 6.ª alteração ao Orçamento para o ano em curso, acompanhada dos mapas de discriminação respetivos, em que são reforçadas várias rubricas com o valor global de €184.300,00 (cento e oitenta e quatro mil e trezentos euros), documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, com as abstenções dos Vereadores senhores Fernando Mendes, Vítor Carvalho e Sandra Melo, aprovar o documento que antecede.-----

----- **06. PESSOAL/MOBILIDADE INTERCARREIRAS E INTERCATEGORIAS – CONSOLIDAÇÃO:**-----

----- Pela senhora Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

----- “1 - Por despacho do então Presidente da Câmara, datado de 27 de fevereiro de 2015, foi determinado, pelos fundamentos aí expostos, que se operasse a mobilidade intercarreiras, do trabalhador **José Manuel Carvalho Gonçalves**, da carreira, ainda não revista, Fiscal de Serviços de Águas e Saneamento, para a carreira de Assistente Operacional, na categoria de Encarregado Operacional, com efeitos desde 1 de fevereiro de 2015, com duração de 18 meses, período que tem vindo a ser prorrogado até esta data ao abrigo das normas previstas nos orçamentos de estado entretanto publicados.-----

----- 2 - Por despacho daquele Presidente, datado de 1 de agosto de 2017, foi determinado, nos termos e fundamentos nele expressos, que se operasse também a mobilidade intercategorias do trabalhador **José Manuel Duarte Martins** da categoria de assistente operacional (Condutor de Máquinas Pesadas e

Veículos Especiais) para a categoria de Encarregado Operacional, ambas da carreira de assistente Operacional, com efeitos desde 1 de agosto de 2017, com a duração de 18 meses.-----

----- 3 - A consolidação da mobilidade intercarreiras ou intercategorias está prevista no artigo 99.º-A do Anexo à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aditado pelo artigo 270.º da Lei do Orçamento de Estado para 2017, norma que alterou substancialmente o regime até aí em vigor, permitindo a consolidação da mobilidade no âmbito destas modalidades.-----

----- 4 - Fundamentou aqueles despachos a conveniência para o interesse público municipal, designadamente quanto à economia, eficácia e eficiência dos serviços, como consta da informação e proposta dos serviços que lhe serviram de base. -----

----- 5 - A Câmara Municipal não possui ao seu serviço encarregados que assegurem as funções de coordenação de todos os seus assistentes operacionais afetos aos diversos setores de atividade designadamente para programar, organizar e controlar os trabalhos a executar pelo pessoal operacional, pelo que é de inegável interesse público municipal a consolidação da mobilidade em que se encontram estes trabalhadores, tanto mais que, de acordo com a informação dos respetivos superiores hierárquicos, estes já demonstraram reunir o perfil profissional adequado para o efeito. -----

----- 6 - Por outro lado, como dá nota a Secção de Recursos Humanos na sua informação de 2/03/2018, junta ao processo, estão reunidas as condições e os requisitos exigidos, designadamente no que respeita à existência do posto de trabalho disponível, à duração mínima do período experimental e aos requisitos legalmente exigidos para o recrutamento.-----

----- 7 - Como consta desta última informação, operando-se a mobilidade, os trabalhadores passam a ser remunerados pela 1.ª posição da tabela remuneratória correspondente à função que vão exercer, a que corresponde o nível 8, nos termos previstos no n.º 3 do art.º 153.º da LTFP.-----

----- 8 - Com efeito, proponho que a Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no art.º 99.º-A da LTFP, aprovada pela Lei 35/2014, de 20 de junho, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo art.º 270.º da Lei n.º 42/2016, de 28.12, (Lei OE para 2017), delibere consolidar definitivamente:-----

----- **a) José Manuel Carvalho Gonçalves**, fiscal de serviços de água e saneamento, na carreira de assistente operacional, na categoria de Encarregado Operacional;-----

----- **b) José Manuel Duarte Martins**, assistente operacional, na mesma carreira de assistente operacional, na categoria de Encarregado Operacional;-----

----- Propõe-se ainda que a mobilidade se opere com efeitos a partir do próximo dia 1 de abril.”-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, com as abstenções dos Vereadores senhores Fernando Mendes, Vítor Carvalho e Sandra Melo, aprovar aquela proposta. -----

----- **07. ENSINO BÁSICO/ANOMALIAS DO PÓLO ESCOLAR DE CHAVE – RESOLUÇÃO DE CONTRATO – NOVO PROCEDIMENTO:**-----

----- Foi presente à consideração da Câmara uma informação da DPO a dar conta que a empresa a quem foram adjudicados, por despacho do Presidente da Câmara de 1 de Agosto do ano findo, os trabalhos que constituem o objeto da empreitada em epígrafe, Climátibus – Manutenção e Climatização, Ld.ª, não

compareceu à consignação da obra, invocando razões sem qualquer fundamento legal e factual, pelo que propõe que:-----

----- a) o contrato celebrado com a referida adjudicatária seja resolvido por esta ter faltado à consignação, sem justificação aceite pelo dono da obra, nos termos previstos na alínea b), n.º 1, art.º 405.º do Código de Contratação Pública (CCP);-----

----- b) aquela resolução seja comunicada à Inspeção Geral das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e ao Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção, nos termos estabelecidos no número 2 do referido art.º 405;-----

----- c) consequentemente, nos termos e com os mesmos fundamentos constantes da deliberação de 18 de julho do ano findo, ordene a abertura de novo procedimento por consulta prévia, nos termos previstos no CCP, para execução dos trabalhos de correção e dos trabalhos ainda em falta necessários para o exato e integral cumprimento do contrato celebrado com o consórcio Construções Carlos Pinho/Conduril, a expensas deste; -----

----- d) a Climábitus – Manutenção e Climatização, Ld.ª seja notificada da resolução do contrato e o consócio Construções Carlos Pinho/Conduril, notificado da decisão de abertura de novo procedimento, nos termos referidos. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, com a abstenção da Vereadora senhora Sandra Melo, aprovar aquela proposta.-----

----- 08. DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL/LOTEAMENTO INDUSTRIAL DA MATA, AROUCA – VENDA DE LOTE – LISTA DEFINITIVA:-----

----- Foi presente à consideração da Câmara a lista definitiva dos concorrentes ao concurso de admissão para alienação do lote número 8 do loteamento em epígrafe, aberto pela deliberação tomada na reunião 6 de fevereiro findo, elaborada nos termos dos n.ºs 4 e 6, art.º 4.º, do regulamento de venda respetivo, assim constituída:-----

----- **Candidato admitido:** Luís Miguel & Almeida – Reparações e Acessórios Automóveis. Ld.ª, com sede na Zona Industrial de S. Domingos, nesta vila.-----

----- **Candidatos excluídos:** não há.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquela lista e designar o dia 30 de Abril próximo, pelas 14:00, para a realização da hasta pública respetiva. -----

----- 09. TURISMO/CONSTRUÇÃO DA PONTE PEDONAL SUSPensa SOBRE O RIO PAIVA – PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE:-----

----- Foi presente à consideração da Câmara o plano de segurança e saúde relativo à empreitada em epígrafe.-----

----- Face à informação da DPO, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, com as abstenções dos Vereadores senhores Fernando Mendes, Vítor Carvalho e Sandra Melo, aprovar aquele plano.--

----- 10. REDE VIÁRIA/PAVIMENTAÇÃO EM TAPETE EM VÁRIOS LOCAIS DO CONCELHO – NECESSIDADE DE SUSPENSÃO PARCIAL DE TRABALHOS: -----

----- Foi presente à consideração da Câmara uma informação da DPO a dar conta da necessidade de proceder à suspensão parcial das prestações que constituem o objeto do contrato referente à empreitada em epígrafe, uma vez que, por facto que não lhe é imputável, a adjudicatária se encontra impedida de realizar os trabalhos previstos no troço da EM 506 – Igreja de Urrô a Tropeço e da Estrada da Cruz da Toita/Rio e do Rio/Alqueve (Santa Eulália).-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, com as abstenções dos Vereadores senhores Fernando Mendes, Vítor Carvalho e Sandra Melo, proceder à suspensão parcial dos trabalhos, por tempo indeterminado, nos termos e com os fundamentos constantes daquela informação.-----

----- 11. DEFESA DO AMBIENTE/ESTABILIZAÇÃO DAS MARGENS DA RIBEIRA DO GONDIM – PROJETO DE EXECUÇÃO: -----

----- Foi presente à consideração da Câmara o projeto de execução para a “Estabilização das Margens da Ribeira do Gondim”.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, com as abstenções dos Vereadores senhores Fernando Mendes, Vítor Carvalho e Sandra Melo, aprovar aquele projeto.-----

----- 12. LICENCIAMENTO DE OBRAS/PATRONATO – CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL RAINHA SANTA MAFALDA – ISENÇÃO DE TAXAS: -----

----- Foi presente o processo de obras número 81/2017, de Patronato – Centro Paroquial e Social Rainha Santa Mafalda, acompanhado do requerimento a solicitar a isenção do pagamento das taxas devidas pelo averbamento do alvará de construção civil naquele processo. -----

----- Face à informação da DAU, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, deferir o pedido.-----

----- 13. DIVERSOS/ANDRÉ AZEVEDO – TRANSPORTES DE PASSAGEIROS, UNIPESSOAL, LD.^a – INDEMNIZAÇÃO:-----

----- Foi presente à consideração da Câmara a carta registada sob o número 4.226, de 18 de Agosto do ano findo, de André Azevedo – Transportes de Passageiros, Unipessoal, Ld.^a, a solicitar o ressarcimento pelos prejuízos causados na sua viatura por uma pedra projetada pelo equipamento com que funcionários do Município procediam à limpeza da EM 505, na freguesia de Canelas, bem como pelos prejuízos que resultarão da imobilização do veículo para proceder à sua reparação dado estar afeto à atividade de táxi.-----

----- Face à informação da DPO, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, conceder a indemnização de €147,60 (cento e quarenta e sete euros e sessenta cêntimos), correspondente ao valor da reparação, não concedendo qualquer importância pela imobilização da viatura.-----

----- 14. DIVERSOS/ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO:-----

----- Foi presente à consideração da Câmara o relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias consagrados no Estatuto do Direito de Oposição, elaborado nos termos do art.º 10.º daquele Estatuto, aprovado pela Lei n.º 24/98, de 26 de Maio.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, com as abstenções dos Vereadores senhores Fernando Mendes, Vítor Carvalho e Sandra Melo, aprovar aquele relatório.-----



----- O Vereadores senhores Fernando Mendes e Vítor Carvalho justificaram o seu voto com a seguinte declaração:-----

----- “Nós, Fernando Mendes e Vítor Carvalho, abtemo-nos, uma vez que embora tenham sido cumpridos os prazos legais, deverá ser acautelado o facto de informar os titulares do direito de oposição, com tempo razoável que lhes permita estudar com o necessário detalhe e profundidade as propostas de orçamento e opções do plano. -----

----- No que concerne aos pedidos de informação solicitadas pelos vereadores no período antes da ordem do dia, mesmo quando o executivo não tenha na sua posse a informação no próprio dia, deverá fazê-lo posteriormente.-----

----- Deixamos também uma proposta no sentido de podermos ter acesso digital à documentação antes das reuniões de câmara.” -----

----- 15. DIVERSOS/INTERFACE LOGÍSTICO DO PARQUE DE NEGÓCIOS DE ESCARIZ – REVISÃO DE PREÇOS:-----

----- Foi presente à consideração da Câmara a revisão de preços provisória relativa à empreitada em epígrafe, de que resulta a importância de €6.208,43 (seis mil duzentos e oito euros e quarenta e três cêntimos) a favor da adjudicatária, elaborada pela DPO aquando da realização do auto de medição final respetivo.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, com a abstenção da Vereadora senhora Sandra Melo, aprovar aquela revisão de preços.-----

----- 16. DIVERSOS/PERCURSO PEDONAL E CICLÁVEL DO VALE DE AROUCA - AQUISIÇÃO DE TERRENOS: -----

----- Pela senhora Presidente foi presente a seguinte proposta: -----

----- “O Sr. Fernando César Peres Portas de Magalhães, contribuinte n.º 128 354 429, e esposa, Fernanda da Conceição Rocha Magalhães, dispõem-se a vender, com destino à construção da ciclovia do vale de Arouca, pelo preço global de 278,81€, uma parcela de terreno com a área de 58 m², a confrontar de norte com os vendedores, nascente com Município de Arouca, do sul com rio e do poente com António Silva, a destacar do prédio rústico, sito no lugar de Santo António, da freguesia de Santa Eulália e concelho de Arouca, inscrito na matriz predial sob o n.º 257 e descrito na Conservatória de Registo Predial sob o n.º 793, devidamente identificada com o número 25 na planta em anexo. -----

----- Nestes termos, proponho a aquisição do terreno por parte da Câmara Municipal.” -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, com as abstenções dos Vereadores senhores Fernando Mendes, Vítor Carvalho e Sandra Melo, aprovar aquela proposta. -----

----- 17. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/PAVIMENTAÇÃO EM TAPETE EM VÁRIOS LOCAIS DO CONCELHO – AUTO N.º 4:-----

----- Foi presente à consideração da Câmara o auto de medição de trabalhos número 4, relativo à empreitada em epígrafe, no valor de €29.883,65 (vinte e nove mil oitocentos e oitenta e três euros e sessenta e cinco cêntimos).-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, com a abstenção da Vereadora senhora Sandra Melo, aprovar aquele auto.-----

----- **18. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/REQUALIFICAÇÃO DAS MARGENS DO RIO GONDIM ENTRE VILA BOA E ALHAVAITE – AUTO N.º 5:**-----

----- Foi presente o auto de medição de trabalhos número 5, relativo à empreitada em epígrafe, no valor de €57.240,65 (cinquenta e sete mil duzentos e quarenta euros e sessenta e cinco cêntimos).-----

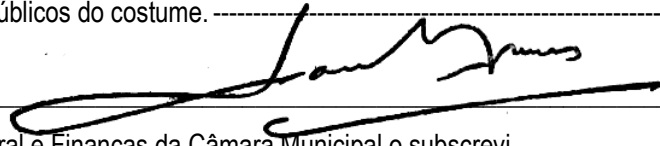
----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, com a abstenção da Vereadora senhora Sandra Melo, aprovar aquele auto.-----

----- **19. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/INTERFACE LOGÍSTICO DO PARQUE DE NEGÓCIOS DE ESCARIZ – AUTO N.º 11 E FINAL:**-----

----- Foi presente o auto de medição de trabalhos número 11 e final, relativo à empreitada em epígrafe, no valor de €15.089,26 (quinze mil e oitenta e nove euros e vinte e seis cêntimos).-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, com a abstenção da Vereadora senhora Sandra Melo, aprovar aquele auto.-----

----- Para constar e devidos efeitos se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos locais públicos do costume.-----

----- E eu , Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças da Câmara Municipal o subscrevi.-----

----- Arouca e Edifício dos Paços do Concelho, 4 de Abril de 2018.-----

A Presidente da Câmara,